



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

000025

TERMO DE REFERÊNCIA

Boquim (SE), 05 de abril de 2024



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

000026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto abertura de **DISPENSA ELETRÔNICA** para contratação de empresa especializada em serviço de **MONITORAMENTO POR VÍDEO EM TEMPO REAL COM TECNOLOGIA DE RECONHECIMENTO FACIAL** a fim de atender necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para a realização em comemoração da Micareta 2024 de Boquim/SE de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes neste termo.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Serviço de **Monitoramento por Vídeo em Tempo Real com Reconhecimento Facial** de nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1	Serviço de vídeo Monitoramento em Tempo Real com Tecnologia de Reconhecimento Fácil, instalados no espaço multieventos com disponibilização de câmeras em pontos estratégicos com distância mínima de 50 metros de uma para outra, para cobertura do circuito da Micareta 2024 localizado na Avenida Simpliciano Fernandes da Fonseca no Município de Boquim/SE, com as especificações mínimas exigidas: 1 UNIDADE - Gravador Digital IP Full HD com Inteligência Artificial; Sistema de gerenciamento e gravação para no mínimo 16 câmeras IP com resolução em pelo menos Full HD a 30 FPS por canal; deverá possuir resolução de saída de vídeo de no mínimo 1920 x 1080; deverá possuir recurso de reconhecimento facial, onde poderá processar ao menos 16 imagens/segundo, possuir ao menos 4 canais de vídeo para reconhecimento facial realizado pelo gravador com qualquer	Diárias	02	R\$ 18.558,94	R\$ 37.117,88
---	---	---------	----	---------------	---------------



000027

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

<p>câmera IP; deverá possuir busca IA de pelo menos 8 imagens faciais simultâneas e poder gerenciar ao menos 20 bancos de dados com no mínimo 200.000 imagens faciais no total; incluso HD 4TB.</p> <p>1 UNIDADE - Gravador Digital IP Full HD com Inteligência Artificial; Sistema de gerenciamento e gravação para no mínimo 32 câmeras IP com resolução em pelo menos Full HD a 30 FPS por canal; deverá possuir resolução de saída de vídeo de no mínimo 1920 x 1080; deverá possuir recurso de reconhecimento facial, onde poderá processar ao menos 4 imagens/segundo, possuir ao menos 1 canal de vídeo para reconhecimento facial realizado pelo gravador com qualquer câmera IP; poder gerenciar ao menos 10 bancos de dados com no mínimo 20.000 imagens faciais no total; incluso HD 4TB.</p> <p>40 UNIDADES - Câmera IP fixa interna/externa do tipo Bullet; deve possuir resolução no mínimo de 2MP (1920x1080); infravermelho do tipo LED de no mínimo 30 metros de distância.</p> <p>4 UNIDADES - Câmera Speed Dome IP; deve possuir resolução no mínimo de 2MP (1920x1080); deve possuir no mínimo zoom óptico de ao menos 32X.</p> <p>4 UNIDADES - Câmera IP 5mp; Deverá possuir resolução 5MP (2592x1944); deverá possuir lente varifocal motorizada com distância focal entre 2,7 e 13,5mm; deverá possuir zoom óptico de 5x; deverá possuir</p>				
---	--	--	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

000028

<p>deteção de face Captura de face com metadados (que pode ser recebida pelos gravadores com IA, para ser feito o Reconhecimento Facial).</p> <p>1 UNIDADE - Cabine de Monitoramento Móvel medindo no mínimo 3x2 metros; climatizada com ar-condicionado.</p> <p>3 UNIDADES - Monitor de Vídeo 55" Led 4K.</p> <p>1 UNIDADE - Televisor 32" Led FULL HD.</p> <p>2 UNIDADES - Mesa controladora para câmera PTZ do tipo speed dome;</p> <p>1 UNIDADE - Servidor de Monitoramento; processador similar Intel® Xeon® Silver 4314@ 2.4 GHz 16 núcleos, memória ram 16GB, 1 SSD 480gb, 3x HD 1tb específico para gravação de vídeo, 2x Porta de rede 1000Mbps, Windows server 2022.</p> <p>1 UNIDADE - Cliente de Monitoramento; processador similar Intel® Core™ i7 7700, memória ram 16GB, Nvidia GTX 1660 6Gb Ram com aceleração por hardware habilitada, SSD 960 GB, 1 Porta de rede 1000Mbps, Windows 10 Pro 64bit.</p> <p>1 UNIDADE - Software de vídeo monitoramento (VMS) que gerencia de forma unificada equipamentos de segurança eletrônica, realizando reconhecimento facial, contagem de pessoas, em no mínimo 8 canais de suporte.</p>				
---	--	--	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

000029

- 2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 2.2. Quanto a vigência contratual produzirá efeitos até o total cumprimento das obrigações pelas partes, desde que não ultrapasse o exercício financeiro.
- 2.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 37.117,88 (trinta e sete mil, cento e dezessete e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação tem fundamento com base na Lei 14.133/2021.
- 3.2. Os serviços, objeto da presente licitação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.
- 3.3. Os serviços buscam atender uma estrutura de qualidade e excelência contemplada nos eventos faz-se imprescindível prover os referidos locais com profissionais e equipamentos capacitados para a atividade em questão, buscando o registro de monitoramento nos dias de realização do evento no município.

4. JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS

- 4.1. A Prefeitura Municipal de Boquim, juntamente com a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, tem como missão planejar, executar e gerir os serviços públicos a nível local/municipal em consonância com princípios determinados pela Constituição Federal de 1988, buscando excelência nas ações direcionadas à integralidade.
- 4.2. No contexto, a promoção da segurança é uma prioridade dos participantes e foliões por meio de um sistema de monitoramento por vídeo em tempo real com reconhecimento facial emerge como uma medida indispensável. Este sistema oferece uma ferramenta eficaz para prevenir e responder a incidentes, garantindo a proteção dos participantes durante a realização da Micareta nos dias 11 e 12 de maio, conforme Calendário de eventos 2024 promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Boquim/SE.
- 4.3. O reconhecimento facial permite a identificação rápida e precisa de pessoas suspeitas ou em situação de risco, possibilitando uma resposta imediata por parte das autoridades competentes. A integração deste sistema com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe/SSP-SE e as forças policiais locais fortalece ainda mais a capacidade de resposta em situações de emergência, garantindo a tranquilidade e a ordem pública.
- 4.4. Além de promover a segurança dos participantes, o monitoramento por vídeo em tempo real proporciona uma supervisão abrangente de todas as áreas de interesse durante os eventos, contribuindo para a eficiência na gestão e organização das atividades.



4.5. Diante do exposto, a contratação dos serviços de **MONITORAMENTO POR VÍDEO EM TEMPO REAL COM RECONHECIMENTO FACIAL** representa um investimento essencial para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Boquim/SE. Esta iniciativa não apenas reforça o compromisso com a segurança pública, mas também demonstra a capacidade de trabalho conjunto entre as instituições públicas em prol do interesse coletivo e do bem-estar dos participantes e foliões durante a realização da Micareta 2024.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Trata-se de serviço a ser contratado mediante Dispensa Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e corroborando com o Decreto Municipal 56/2024.

5.2. Os serviços se referem ao serviço de **MONITORAMENTO POR VÍDEO EM TEMPO REAL COM RECONHECIMENTO FACIAL**, conforme o calendário festivo do município.

5.3. A Empresa deverá proceder com a instalação e implementação de uma estação de trabalho instalada no Multieventos, para monitoramento junto as Forças Policiais, para funcionamento nos dias 11 e 12 de maio de 2024 durante toda a programação da Micareta.

5.4. Os serviços devem incluir o uso de tecnologia avançada de reconhecimento facial, capaz de identificar de forma fidedigna os indivíduos com precisão e rapidez, mesmo em condições de iluminação variável mesmo em aglomerações.

5.5. Deve ser realizado um estudo prévio para determinar os locais estratégicos de instalação das câmeras de segurança, garantindo uma cobertura abrangente de todas as áreas de interesse do local do evento.

5.6. Os serviços devem oferecer monitoramento contínuo em tempo real das imagens capturadas pelas câmeras de segurança, possibilitando uma resposta imediata a qualquer situação de emergência que possa surgir durante o evento.

5.7. Garantir a CONTRATANTE a preservação e disponibilização das imagens por um período mínimo de (01) um ano.

5.8. Fornecer backup das imagens em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização do evento.

5.9. O contrato deve incluir um plano de assistência técnica para garantir o funcionamento contínuo e eficaz dos equipamentos de monitoramento, conforme exigido por lei.

5.10. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei no 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

5.11. A empresa prestadora dos serviços será responsável pela substituição, troca ou reposição dos equipamentos e/ou materiais que porventura apresentarem defeitos e/ou danificados de forma imediata.

5.12. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional.



5.13. A empresa contratada deve fornecer treinamento adequado para os operadores responsáveis pelo monitoramento dos sistemas, garantindo sua capacidade de utilizar as tecnologias de forma eficiente e responder de maneira adequada a situações de emergência.

5.14. Os serviços devem estar em conformidade com as regulamentações de privacidade de dados vigentes, garantindo a proteção das informações pessoais dos participantes dos eventos.

5.15. A empresa contratada deve fornecer uma cabine móvel, para que seja instalado em um ambiente de fácil acesso para monitoramento em vídeo.

5.16. A empresa contratada deverá cumprir os requisitos Habilitação Jurídica, Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista e Habilitação Econômico-Financeira, além das qualificações técnicas e demais documentos complementares.

6. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

6.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

6.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do



contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto do efetivo recebimento dos produtos apresentados na Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de sua titularidade, indicados pelo contratado.

7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, tais como:

- a) Comprovar a regularidade Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional.
- b) Comprovar a regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada.
- c) Comprovar a regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.
- d) Comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.9. Deverá ser pago mensalmente através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) uma taxa de fiscalização dos contratos referente a fornecimento de produtos ou serviços com a alíquota de 1,5% (um e meio por cento) aos contratos, valor efetivo, incidindo na fonte sobre os pagamentos a



partir do primeiro mês de execução, conforme art. 166 da Lei Municipal nº 851/2018 e pelo Decreto Municipal nº 266/2019.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DO FORNECEDOR

9.1. A contratação deverá se dar através de **DISPENSA ELETRÔNICA**, por se tratar de bens e serviços comuns.

9.2. O critério de julgamento de fornecedor será obtido através do **MENOR PREÇO** por item.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado para contratação será de R\$ 37.117,88 (trinta e sete mil, cento e dezessete e oitenta e oito centavos).

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

ELEMENTO DE DESPESA	
Unidade Gestora	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Classificação Econômica	3.3.9.0.39.0000
Projeto	2024 – Incentivo a Manifestações Culturais e Artísticas.
Fonte	1500-0000

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações da contratante:

12.2. Proporcionar a Contratada as condições indispensáveis ao cumprimento do objeto.

12.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços a serem prestados provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o objeto da contratação.

12.5. Comunicar formalmente a Contratada qualquer falha verificada no cumprimento da execução contratual.

12.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.7. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

12.9. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DAS VEDAÇÕES

13.1. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;

13.2. Realizar um estudo prévio para determinar a extensão de instalação das câmeras de segurança abrangendo todo local em que ocorrerá a realização do evento, conforme estabelecido no Planejamento Estratégico de Segurança, determinado pela Comissão de Eventos do município.

13.3. Os equipamentos de segurança deverão ser instalados e previamente testados até 10 dias antes do início do evento e retirados em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização do evento.

13.4. Incluir o uso de tecnologia avançada de reconhecimento facial, compatíveis aos sistemas da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe-SSP/SE, capaz de identificar indivíduos com precisão e rapidez.

13.5. Oferecer um plano de assistência técnica para garantir o funcionamento contínuo e eficaz dos equipamentos de monitoramento, conforme exigido pelas legislações vigentes.

13.6. Proporcionar um monitoramento contínuo em tempo real das imagens capturadas pelas câmeras de segurança, possibilitando uma resposta imediata a qualquer situação de emergência que possa surgir durante o evento.

13.7. Garantir a preservação e disponibilização das imagens conforme estabelecido nas cláusulas contratuais.

13.8. Fornecer o backup em até 24 (vinte e quatro) horas após o evento, do conteúdo gravado, em formato digital determinado pela Contratante, disponibilizado em armazenamento remoto (nuvem) ou entregues presencialmente através de pen-drive ou equipamento equivalente por conexão USB;

13.9. O prestador de serviço deverá desempenhar seu trabalho, conforme estabelecido no Edital e Termo de referência, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

13.10. Dar plena garantia sobre a qualidade do serviço, prestados por no mínimo 12 (doze) meses.

13.11. Responsabilizar-se pela entrega das mesmas em conformidade com o especificado no Edital.

13.12. Proceder o fornecimento do serviço imediato, a partir do recebimento da Ordem de compra/Nota de Empenho.

13.13. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.

13.14. Sendo de sua responsabilidade pelo transporte apropriado, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante desta contratação.



13.15. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar inclusos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega do objeto.

13.16. A contratada deverá comprovar, através de declarações ou outro documento justificável, que não está impedida de contratar com a Administração Pública.

13.17. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação.

13.18. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.19. Fornece uma cabine móvel que possa ter fácil acesso e instalação prática.

13.20. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.21. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

12.1 É expressamente vedado ao contratado:

12.1.1. Subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.

14. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

14.1. A contratada deverá comprovar conter os documentos a seguir relacionados:

a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Lei 9.854/99);

c) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

13.2. Relativa Habilitação Jurídica

a) As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

b) As participantes, em se tratando de Sociedades Cíveis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;



c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.3. Relativos à Regulamentação Fiscal, Social e Trabalhista

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.4. Relativos à Capacidade Econômica Financeira

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

13.5. Relativo à Capacidade Técnica

a) Apresentar atestado(s) de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.



- b) Certidão de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, do domicílio ou sede da licitante, válida na data de reconhecimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução da obra objeto do edital.
- c) A comprovação de aptidão supramencionada será feita por atestado ou certidões referente a serviços de complexidade equivalente ou superior, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da licitante, devidamente devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT , do domicílio ou sede da licitante, onde conste no mínimo serviços executados com as seguinte tecnologias: fibra ótica indoor/outdoor, câmeras ip com reconhecimento facial, gravadores ip com inteligência artificial e sistema vms.
- d) capacitação técnico profissional será feita mediante comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou técnico com atribuições para executar os serviços objeto deste certame, conforme Resolução do CONFEA nº 218, de 2 de junho de 1973 ou Resolução do CFT Nº 074, de 05 de Julho de 2019, com apresentação de Certidão de Registro ou Inscrição de Pessoa Física no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT , detentor de atestados ou certidões referente a serviços de complexidade equivalente ou superior, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome do profissional, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT , onde conste no mínimo serviços executados com as seguinte tecnologias: fibra ótica indoor/outdoor, câmeras ip com reconhecimento facial, gravadores ip com inteligência artificial e sistema vms.

14. DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

14.4. Quanto a vigência contratual produzirá efeitos até o total cumprimento das obrigações pelas partes, desde que não ultrapasse o exercício financeiro.

14.5. Os equipamentos deverão ser instalados até 24 (vinte e quatro horas) antes do início do evento e retirados até 24 (vinte e quatro) horas do final do evento, conforme indicado na Ordem de Serviço.

15. DO REAJUSTAMENTO

15.1. Os preços contratados serão fixos e irremovíveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

15.2. O valor do contrato será fixo e irremovível, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite da proposta apresentada, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

15.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.



15.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

15.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

15.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

16. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, previstas na Lei 14.133/2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

000039

16.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal, pelo prazo de 3 (três) anos.

16.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

16.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2 deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

16.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual estabelecida, quando houver, ou por meio de cobrança judicial.

16.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2 Requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no



000640

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Boquim (SE), 05 de abril de 2024.

CLEIDENAIDE FERREIRA SILVA

Secretária de Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

CARLOS IRAN PEREIRA LIMA SILVA

Chefe de Divisão – Coordenador de Eventos



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

000641

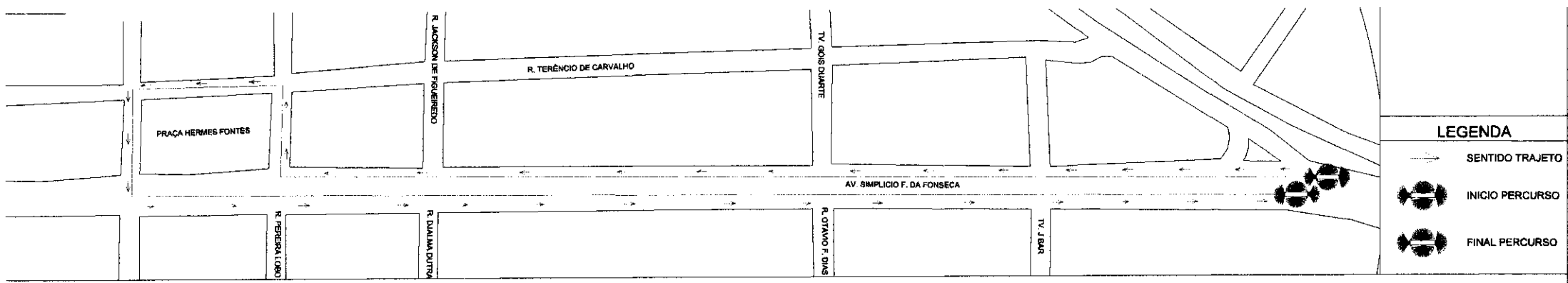
Anexo



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

000042

Anexo



PERCURSO TRIO
 O PERCURSO COM O CORTEJO PELA RUA ANTÔNIO F. DE ALMEIDA E RETORNA NA PRAÇA HERMES FONTES TENDO SEU ENCERRAMENTO NO PONTO DE INÍCIO.

000044